

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.799 - MG (2019/0299218-3)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : MAXIMILIANO CAMARGOS DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **MAXIMILIANO CAMARGOS DA SILVA** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Colhe-se dos autos que o recorrente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva pela suposta prática do delito tipificado no art. 157, *caput*, do Código Penal.

Neste recurso, sustentam, em síntese, que: **a)** "a decisão que converteu o flagrante em preventiva é exemplo acadêmico de decisão sem fundamentação concreta, já que não foi analisado nenhum elemento fático da prisão" (e-STJ, fl. 155); **b)** "não existe qualquer risco à ordem pública se solto o recorrente" (e-STJ, fl. 158); **c)** "não possui condenações transitadas em julgado" (e-STJ, fl. 159); **d)** "é desproporcional a prisão preventiva se eventual condenação implicará em condenação ao regime semiaberto" (e-STJ, fl. 160).

Pleiteia a revogação de sua prisão preventiva ou a substituição dela por medidas cautelares diversas.

O pedido liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do recurso.

É o relatório.

É manifesta a superveniente ausência de interesse de agir que atingiu este recurso, pois, em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem (Ação Penal n. 0040.19.004579-5), verifica-se que, em 22/10/2019, o recorrente teve a prisão preventiva revogada.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** este recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator